



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

OS “ALUMNOS ESTRANHOS” DO ATHENEU SERGIPENSE (1925-  
1934)

CARLA GRACYELLE DE SOUSA SANTOS

São Cristóvão/SE

Outubro/2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

OS “ALUMNOS ESTRANHOS” DO ATHENEU SERGIPENSE (1925-1934)

CARLA GRACYELLE DE SOUSA SANTOS

Artigo Científico apresentado à disciplina Prática de Pesquisa, do curso História Licenciatura, da Universidade Federal de Sergipe, no período 2017.1, ministrada pelo Prof. Dr. Lourival Santana Santos, como pré-requisito avaliação.

Orientador: Profª Drª. Eva Maria Siqueira Alves

São Cristóvão/SE

Outubro/2017

Acabou Chorare.

## AGRADECIMENTOS

Não sei agradecer! Não mesmo. O que não quer dizer que seja ingrata, ou que seja acometida da soberba e arrogância dos indivíduos que não agradecem, só não sei verbalizar, não sei tornar um sentimento em palavras que possam dar a imensidão do que sinto por pessoas tão importantes em minha vida, não consigo fazer.

As pessoas que considero importante sabem disso, sabem do valor que tem na minha vida e não necessariamente fizeram parte desse ciclo que se encerra. Pessoas que passaram e transmitiram amor, pessoas que permanecem e continuam me amando estarão sendo sempre comigo em cada pequena conquista, em cada passo da minha História.

Esses são eles, aqueles que minhas palavras jamais poderão dar dimensão do meu amor.

Meus avós paternos, Dulce e Gracindo (in memória) por terem sido o olhar mais cheio de ternura e sem julgamentos da minha vida. Por terem sido meu “Pai Véio” e minha “Mãe Véia”.

A minha vó materna, Bernadete, que onde força e brabeza foi transmitida no genes feminino (risos) e se refletem em mim, por seu exemplo de força.

Aos meus tios e tias pelo apoio e carinho. Aos meus primos e primas por cada joelho ralado e carinho, sempre crescendo juntos, obrigada!

Aos meus amigos, aqueles que tiveram que conviver a ausência da amiga, obrigada pela paciência.

Aqueles que em meio à euforia, correia da graduação nos tornamos amigos, vocês foram responsáveis por aliviar, com nossas crises de risos e consciência, o fardo dos prazos, das apresentações, da formação acadêmica. Meu carinho e muitíssimo Obrigado.

Ao meu professor do curso, pela formação.... Obrigado!

As meninas do CEMAS, vocês são exemplos de mulheres fortes, vão à luta, aprendi muito com vocês. Em especial a Wênia, vulgo “Dupla”, minha querida amiga, Muito obrigada!

Por fim, e aos mais importantes, aqueles que tiveram que aguentar meus surtos, minhas tristezas, minhas alegrias e SEMPRE batalharam por mim.

Aos meus irmãos Glicia e Vinicius, só por serem o que são “meus irmãos”

Aos meus pais, Maria Clara e Orlando por cada milésimo de segundo vivido ao lado de vocês meu Amor sempre Atento.

Obrigada!!!

# OS “ALUMNOS EXTRANHOS” DO ATHENEU SERGIPENSE (1925-1934)

Carla Gracyelle de Sousa Santos<sup>1</sup>

Prof.<sup>a</sup> Dra. Eva Maria Siqueira Alves<sup>2</sup>

## Resumo

Tomando como objeto de estudo os alunos do colégio Estadual Atheneu Sergipense denominados como “extranhos”, este artigo tem por objetivo analisar os discentes, a fim de identificar os critérios utilizados como referência para designá-los de tal forma. Ademais, buscamos traçar o perfil e a representação dos secundaristas analisados no presente estudo, de modo a identificar a filiação, naturalidade, forma de ingresso na instituição de ensino supracitada, bem como os aspectos relativos às notas destes discentes, investigando se há alguma relação da nomenclatura dada às médias obtidas pelos mesmos. O marco temporal inicial justifica-se por ser o ano de 1925 o primeiro em que foi localizado um documento que fazia referência aos alunos nomeados como “extranhos” e o marco final, por ser o ano de 1934 o último ano em que essa denominação aparece nos documentos relativos aos alunos. As fontes utilizadas na pesquisa fazem parte do acervo do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS), quais sejam: livros de registro, de punições, matrículas, regulamentos e provas escritas, além da legislação da época a fim de verificar se os “extranhos” eram regulamentados por lei e de que forma isso se dava. Utilizando a cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação.

**Palavras-chaves:** Alunos “extranhos”. Ensino secundário. Atheneu Sergipense. Legislação educacional.

## Abstract

Taking as object of study the students of the Atheneu Sergipense State College denominated as "extranhos", this article aims to analyze these students, in order to identify the criteria used as reference to designate them as such. In addition, we sought to trace the profile and the representation of the secondary students analyzed in the present study, in order to identify the affiliation, naturalness, form of entry in the aforementioned educational institution, as well as the aspects related to the grades of

---

<sup>1</sup> Graduanda em História Licenciatura/UFS. Membro do Grupo de Pesquisa: Disciplinas Escolares: História, Ensino, Aprendizagem (CNPq/PPGED/UFS). E-mail: [carlagracyelle@bol.com.br](mailto:carlagracyelle@bol.com.br)

<sup>2</sup> Professora Associada IV, aposentada, voluntária do Programa de Pós-graduação em Educação da UFS. Líder do Grupo de Pesquisa: Disciplinas Escolares: História, Ensino, Aprendizagem (CNPq/PPGED/UFS). E-mail: [evasa@uol.com.br](mailto:evasa@uol.com.br)

these students, investigating if there is any relation of nomenclature given to the averages obtained by them. The initial time frame is justified because the year 1925 was the first year in which a document was found that referred to the students named as "aliens" and the final mark, since 1934 is the last year in which this denomination appears documents relating to the students. The methodology used was the documentation stored in the Center of Education and Memory of Atheneu Sergipense (CEMAS), which is: the books of record, punishments, enrollments, regulations and written tests. Besides these, we also used the legislation of the time in order to verify if the "strangers" were regulated by law and in what form it was given.

**Keywords:** "Strange" students. High school. Atheneu Sergipense. Educational legislation.

## INTRODUÇÃO

Fundado no ano de 1870, após várias tentativas, algumas sem sucesso, de reunir as aulas avulsas em um único estabelecimento de ensino organizado pelo governo provincial, o Atheneu Sergipense<sup>3</sup>, tendo como primeiro diretor Manuel Luís de Azevedo d'Araújo<sup>4</sup>, tornou-se a primeira instituição oficial pública de ensino secundário de Sergipe. Com seus 147 anos ininterruptos de funcionamento, dedicados à educação da juventude do estado de Sergipe e circunvizinhos, é constantemente apresentado com berço da intelectualidade sergipana do século XIX e XX.

O Atheneu Sergipense formou aos poucos a sua alma, adquiriu relevância na vida sergipana, foi um catalizador das produções culturais, de novas práticas e padrões pedagógicos no Estado de Sergipe, um centro aglutinador e disseminador do *ethos* cultural. Não foi só um ponto de força centrípeta, mas também um centrífuga do patrimônio cultural [...] O Atheneu Sergipense soube impor-se como uma casa de educação literária, justo motivo de ufanía e orgulho para Sergipe (ALVES, 2006 p. 128)

As recentes pesquisas relativas à historiografia educacional têm buscado nas instituições de ensino e na "massa" produzida por esses estabelecimentos ao longo dos anos de vigência, ferramentas para a construção de narrativas, de histórias, de memórias que encontram nos arquivos, sobretudo os escolares, o caminho pelo qual tem se buscado analisar as práticas e cultura(s) escolar(es) a fim de compreender sua organização e estrutura.

---

<sup>3</sup> Segundo Alves (2005), ao longo dos anos, o Atheneu Sergipense recebeu variadas denominações: Atheneu Sergipense (1870), Lyceu Secundário de Sergipe (1881), Escola Normal de Dois Graus (1882), Atheneu Sergipense (1890), Atheneu Pedro II (1925), Atheneu Sergipense (1938), Colégio de Sergipe (1942), Colégio Estadual de Sergipe (1943), Colégio Estadual Atheneu Sergipense (1970), e atualmente Centro de Excelência Colégio Atheneu Sergipense (desde 2003). Neste artigo será utilizado o termo de origem, Atheneu Sergipense.

<sup>4</sup> Diretor Geral da Instrução Pública, 1870-1875 e diretor do Atheneu Sergipense. Bacharel em Ciências jurídicas, jornalista, deputado provincial (cf. Guaraná, 1925).

Uma investigação feita por meio de fonte documental, buscando descrever e comparar as diferenças e outras características referentes aos alunos ditos “extranhos<sup>5</sup>”, com relação aos demais localizados na documentação do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS)<sup>6</sup> entre os anos de 1925 e 1937, direciona a presente pesquisa para a seguinte indagação: quais eram os parâmetros utilizados para classificar o aluno secundarista do Atheneu Sergipense como “extranho”?

O contato com as fontes, através CEMAS, foi fundamental para conhecer a instituição mediante os documentos produzidos pelo Atheneu Sergipense. Conhecer um pouco deste estabelecimento de ensino tão conceituado e de contribuições mil para a sociedade sergipana, possibilitando um novo olhar, novas perspectivas, interpretações e novos questionamentos sobre os sujeitos dessa história. É dentro dessa perspectiva que buscamos analisar os alunos “extranhos”, utilizando a cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação.

O marco temporal dessa pesquisa foi estabelecido a partir da própria documentação analisada. Após uma triagem nos guias de fontes do CEMAS, relativos aos anos de 1848-1950 surgiu o interesse, a curiosidade de conhecer mais sobre os alunos descritos ali como “extranhos”. O período de análise, no qual foi localizado essa nomenclatura discente corresponde a um intervalo de 9 anos (1925-1934), possibilitando assim uma análise mais ampla da presença desses alunos na documentação oficial do Atheneu Sergipense.

Para elaboração desse trabalho, foram analisados os seguintes documentos: atas de exames de alunos “extranhos” (1931- 1932), atas de exames do curso seriado/promoção de “extranhos” (1926-1930), cópia das atas de promoção de alunos matriculados e “extranhos” (1925), exame de prova oral, atas de exames de promoção final (1932). Além destes, serviram como base as leis e decretos educacionais anteriores ao período pesquisado, assim como, as que foram outorgadas no decorrer dos anos contemplados nesta pesquisa.

Sendo assim, destacamos aqui a importância do arquivo escolar, no que concerne às diversas contribuições promovidas, sobretudo, às pesquisas em História da Educação, cujas reflexões se devem especialmente, às inovações e alargamento em torno do uso das fontes, provocadas pela Nova História. A valorização com relação aos documentos produzidos nas instituições educativas, a salvaguarda da história e memória da educação é alertado também por Julia ao afirmar que,

Sem dúvida, não devemos exagerar o silêncio dos arquivos escolares [...] os cadernos de notas tomadas pelos alunos (mesmo sendo grande o risco de se verem conservados apenas os mais bonitos deles) e os cadernos de preparações dos educadores, não são escassos e, na falta

---

<sup>5</sup> A grafia da palavra corresponde ao modo como a mesma se apresenta escrita nos documentos analisados, estranhos escrito com “x”.

<sup>6</sup> Centro de Educação e Memória Atheneu Sergipense, órgão criado em 2005, com o propósito de salvaguardar o arquivo histórico e a memória da instituição em parceria com Universidade Federal de Sergipe e Secretaria Estadual de Educação de Sergipe, coordenado pela Professora Dr. Eva Maria Siqueira Alves idealizadora desse projeto.

destes, pode-se tentar reconstituir, indiretamente, as práticas escolares a partir das normas ditadas nos programas oficiais ou nos artigos das revistas pedagógicas. Mas estamos menos equipados para perceber as diferenças (JULIA, 1992, p. 17).

É partindo desses pressupostos que essa pesquisa trilha seu caminho, através da análise detalhada dos documentos e estudo na literatura acadêmica pertinente a temática abordada. Desse modo, inicialmente pretende-se apresentar, brevemente, o contexto da “modernização” da instrução pública iniciada por Graccho Cardoso<sup>7</sup> em 1924. Posteriormente situar o Colégio Atheneu Pedro II e de que forma essas transformações o atingiram. Por fim será analisado o tema central desse artigo os alunos “extranhos” e todas as suas conjunturas que os envolvem.

### **O Decreto n º 867 de 11 de março de 1924**

Com ascensão de Graccho Cardoso em 1922, Sergipe continuaria a fase das transformações iniciadas nos governos anteriores de Oliveira Valadão<sup>8</sup> e de Siqueira Menezes<sup>9</sup>, como atesta Barreto (2002, p. 07) ao afirmar que

O legado de Graccho Cardoso sobrevive em Sergipe como um estímulo às novas gerações de políticos e de administradores, e a ele se pode recorrer quando é para destacar a inovação, a criatividade, o empreendedorismo, a serviço do Estado e do povo sergipano. (NUNES, 2008, p.259)

Nesse mote destaca-se a “modernização” da instrução pública sergipana, muito possivelmente por sua formação familiar, acadêmica e política, Graccho Cardoso voltou sua administração pública para melhoria da educação, como pode ser observado em seu discurso no parlamento:

A República deve instrução a todos, porquanto todos concorrem com um quinhão de luzes, de esforços, de boa vontade, para fecundar e desenvolver os seus princípios, para manter a ordem, fomentar a riqueza e a prosperidade nacionais ...

---

<sup>7</sup> Maurício Graccho Cardoso foi Deputado Estadual, Secretário da Fazenda, Deputado Federal e 1º Vice Presidente do Estado, entre 1901 e 1912, Governou Sergipe em 24 de outubro de 1922, depois de rápida passagem pela Câmara Federal, em 1921, e pelo Senado, em 1922, substituindo a Oliveira Valadão, Em 1927 voltava à Câmara Federal, sendo ainda eleito em 1930 para novo mandato, extinto com a dissolução da Câmara pela Revolução de 1930. Retorna em 1946 para seu último mandato, morrendo no edifício da Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, em 1950. QUAL FONTE???????

<sup>8</sup> Consultar dicionário do intelectual sergipano Armino Guarani, a obra em questão faz a biografia de alguns intelectuais sergipanos. Ano 1952

9 (Idem, 9)



É obrigação irrevelável das democracias trazerem o povo ao nível das próprias instituições” ... “instruir na República é fazer ao mesmo tempo que a massa popular opere como número, se incrementemente como força; é abrir largas e extensas avenidas ao sufrágio popular, em cujo vértice culmina a liberdade. (Discurso de Graccho Cardoso na Assembleia Legislativa de Sergipe em 5 de novembro de 1907)

Posicionamentos que colocaria em prática posteriormente, num primeiro momento com o Decreto nº. 783, de 24 de fevereiro de 1923 que realoca escolas para locais onde funcionavam delegacias, ampliando assim o número de escolas no interior do estado e num segundo momento através da Lei nº 852 de 30 outubro de 1923, que altera a base estrutural do ensino primário e da Escola Normal com reformulações, que estabelecia entre outros elementos em seu artigo 1º

§ 1º O ensino primário seria dividido em ensino primário elementar e ensino superior, a ser ministrado em escolas isoladas, escolas reunidas e grupos escolares, destinados a alunos de ambos os sexos, dos sete aos quatorze anos de idade.

§ 2º Para a instrução primária completa, o curso seria dividido em seis graus. Cada grau corresponderia a um ano de curso, entretanto, os alunos que manifestassem aproveitamento excepcional, poderiam, em qualquer época, ser promovidos ao grau imediatamente superior, uma vez aprovados nas matérias que constituem o curso anterior. (Lei n. 852, de 30 out. 1923 – Estabelece bases para a reforma do ensino primário e normal do Estado)

Por fim, a reforma da instrução pública, no ano de 1924, seguindo o “movimento reformador”, como afirma Azevedo<sup>10</sup> (2014, p.335), a exemplo do que foi vivenciado em outros estados, como São Paulo em 1920, Ceará em 1922, Bahia em 1924, Pernambuco em 1928, Rio Grande do Norte em 1924, Minas Gerais em 1927 e Distrito Federal em 1927, integrou um movimento reformador da instrução brasileira nos anos de 1920. As reformas apresentavam-se como momentos de transformações para melhoria da instrução pública, o decreto nº 867 de 11 de março de 1924 dá continuidade ao processo iniciado em 1923 em Sergipe na ampliação e melhoria da educação do Estado.

No mesmo ano que o movimento tenentista ganha força, em Sergipe, os revoltosos prenderam autoridades, dentre estas, o governador do estado Graccho Cardoso, bem como os seus pares de farda que não concordaram com o levante. Iniciada em 13 de julho de 1924, os revoltosos assumiram o comando do Estado até 2 de agosto do mesmo ano, no dia 4 de agosto, Graccho Cardoso, retomou suas atividades. Para a historiadora Andreza Maynard 2009, os rebeldes foram bem sucedidos, visto que foram mais longe que os paulistas, que os haviam inspirado. Os sergipanos dominaram Aracaju e depuseram o governador.

---

<sup>10</sup> Ver Reforma da instrução pública na década de 1920: o caso de Sergipe no governo Graccho Cardoso (1922-26). Crislane Barbosa AZEVEDO PPGEd – Centro de Educação UFRN – Campus Natal.

Outra simultaneidade desse período, além da Revolta Tenentista, com o estado de São Paulo é a influência da reforma da instrução pública ocorrida em 1920 em Sergipe, iniciada em 1923, sendo somente efetivada no ano seguinte, pelo diretor da instrução pública, Abdias Bezerra<sup>11</sup>. Segundo Azevedo (2015, p. 82) “o professor Bezerra foi designado para visitar São Paulo, estava em vigor naquele estado a reforma Sampaio Dória<sup>12</sup> a observar os processos modernos de ensino ali seguidos”, a fim de introduzi-los em Sergipe. Sobre isso, Nunes relata que

O regulamento da Instrução Pública, Decreto n ° 867 de 11 de março de 1924, em 471 artigos estruturou, a educação sergipana, globalmente, definindo-a desde as escolas maternas e os jardins de infância ao ensino profissional e secundário, inclusive as instituições particulares[...] pela primeira vez, em Sergipe, o Estado avocada a responsabilidade da educação ser ministrada em escolas maternas e jardins-de-infância, definindo que o Ensino Primário se faria em dois níveis: o Elementar, de 3 anos, obrigatório e gratuito, constituído de 3 graus, e o Superior, igualmente constituído por 3 anos, com matrícula mediante o pagamento de taxas. (NUNES, 2008 p. 275).

Já o Ensino Secundário era de responsabilidade do colégio Atheneu Sergipense, a Escola Normal era responsável na formação de professores do ensino primário, deliberava sobre Instituições Particulares, sobre Ensino Profissionalizante, sobre programa básico do ensino que seria ministrado nas escolas segundo suas especificidades, o ensino profissionalizante, a escola rural apresentavam programas que tentavam identificar a escola com as necessidades locais.

### **O Atheneu Pedro II e suas “mudanças”**

Os primeiros ares de mudanças que o colégio Atheneu Sergipense veria em sua direção, inicia em 13 de agosto de 1926, quando ganhou novas instalações e mudou-se para a Avenida Ivo do Prado, anteriormente localizado, desde 1899 na Rua de Boquim, no trecho da Atual Praça Camerino (ALVES, 2005, p. 49). A nova sede, de acordo com o Presidente da República Washington Luís, era um dos mais belos edifícios da capital sergipana, um prédio capaz de corresponder aos seus fins por mais de um século. Arquitetado para atender a demanda da instrução pública sergipana e dos exames preparatórios realizados para Graccho Cardoso

Este edifício antecipa-se um pouco às exigências actuaes. Mas tendo o Governo de construir com esse propósito um prédio adequado, não poderia adstringi-lo ao número ainda muito limitado de creanças e adolescentes que cursam as humanidades em Aracajú. Fôra imprevidência fazer obra no gênero para o presente. O Atheneu “Pedro II” é, portanto, um prédio capaz de corresponder aos seus fins por mais

---

<sup>11</sup> Diretor da Instrução Pública do Estado entre 1923 a 1926.

<sup>12</sup> Ou de “reforma de 1920” em São Paulo, em concordância com Helário Antunha (1976, p. 235), segundo o qual, “ela foi em grande parte repudiada pelo seu próprio autor, que atribuiu mais de uma vez o seu insucesso às medidas revisionistas introduzidas por seus sucessores. NÃO ENTENDI ESSA NOTA... DEVE ESTÁ NO LUGAR ERRADO

de um século. Architectado na previsão do possível desenvolvimento que se venha a dar na instrução secundaria ou de preparatórios, em prazo dilatado, a sua construção é de natureza a desafiar victoriosamente a acção do tempo<sup>13</sup>. (Discurso de Graccho Cardoso na Assembleia Legislativa de Sergipe em 7 de setembro de 1925)

Esse “movimento reformador” (AZEVEDO 2014 p.335) , dentro da instituição pode-se observar até três anos antes, quando no Decreto nº. 783, de 24 de fevereiro de 1923, ficou “proibida” a dupla jornada dos professores do Atheneu Sergipense. Essa medida serviria para diminuir a evasão escolar, uma vez que no mesmo ano, somente 50 alunos estavam matriculados no colégio. Mesmo com 340 aprovações nos exames parcelados, que haviam tido 547 inscrições, a evasão escolar no ensino secundário era um fator preocupante para Graccho Cardoso e deveria ser minimizada.

Nos anos seguintes mesmo com suas inovações o Atheneu Sergipense continuava em baixa, registrava, em 1925, uma matrícula de 75 alunos, em 1926 somente 42 alunos, sendo 21 no 1º ano, 15 no 2º ano, 8 no 3º ano, 1 no 4º ano e 2º no 5. Segundo Nunes (2008), isso ainda ocorria por que permanecia os exames parcelados, como direito adquirido, para aqueles que haviam iniciados o curso antes da promulgação da Reforma Rocha Vaz<sup>14</sup>, bem como a concorrência com os colégios particulares, com os internatos para onde convergia a clientela do interior. Mas, nos anos subsequentes, com o funcionamento da seriação obrigatória, a matrícula foi crescendo e em 1930 atingiu a 140 homens e 24 mulheres.

Outra mudança ocorrida no ano de 1926, o ensino do Atheneu Sergipense se regulamentava por meio do Decreto nº. 940, de 2 de julho de 1926 e atendia as determinações do Art.4º, da Lei Federal nº. 938, de 21 de novembro de 1925, que tinha por fim moldar o ensino ministrado no Atheneu Pedro II, de acordo com o Colégio Pedro II (SOUZA, 2011, p.117.). Conhecida também com reforma Rocha Vaz, a equiparação ao Colégio Pedro II dos estabelecimento oficiais de ensino secundário, condicionaram o novo regulamento do Atheneu Sergipano nos moldes daquele educandário.

E por mais uma reforma a instrução pública do país passaria, Decreto nº 21.241. 04 de abril de 1932, conhecida como Reforma Francisco Campos, que reestruturou o ensino superior, a formação de professores secundários e para a cultura em geral. O ensino secundário passou a ter sete séries, sendo cinco de estudo básico e duas preparatórias para as futuras especializações.

---

<sup>13</sup> SERGIPE. Mensagem do Presidente do estado de Sergipe Maurício Graccho Cardoso Desde no ano de 1926 apresentada à Assembleia Legislativa Estadual em 7 de Setembro de 1925. Aracaju: Imprensa Oficial, 1925.

<sup>14</sup> Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Tornou os currículos escolares seriados, elaborando programas oficiais e restituindo bancas examinadoras para o ensino particular. Estabelece o Concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências.

Ainda conforme Souza 2011, p. 117, o Atheneu Sergipense não ficou à margem das questões políticas presentes no país. As transformações ocorridas no Brasil e em Sergipe, embora nem sempre paralelas, atingiram este estabelecimento de ensino. Os primeiros vestígios da Reforma Francisco Campos em Sergipe se reportam à Lei nº. 40, de 18 de novembro de 1936, que “institui o Curso Complementar no Atheneu Pedro II, a gratificação por hora suplementar no Curso fundamental, cria o cargo de chefe de disciplina e dá outras providências” (Lei nº. 40, 18 de novembro de 1936).

A Lei, outorgada para adequação e aplicabilidade das novas resoluções diante da realidade de cada instituição escolar, é vista notoriamente na reforma Francisco Campos, como também, o seu cumprimento no Atheneu Sergipano. Mesmo diante de reformas educacionais e físicas o Colégio permaneceu e fortaleceu como uma das mais belas e eficientes instituições de educação de Sergipe.

### **Os Alunos “extranhos” do Atheneu Sergipense**

Antes de saber o que são ou quem são esses alunos é necessário entender as formas de ingresso no ensino secundário. Segundo Alves,

O mecanismo de ingresso e as documentações exigiam uma idade mínima que oscilou entre 10 e 12 anos, em conformidade com as legislações nacionais de ensino. Era a idade na qual os alunos concluíam o estudo das primeiras letras, podendo ingressar nos estudos secundários. O atestado médico comprovando ser o aluno vacinado e não portador de moléstia contagiosa, e o pagamento de taxa de matrícula, indicavam controle de acesso. Podiam ser alunos do Atheneu Sergipense aqueles que desejassem fazer todo o curso de Humanidades, de frequência obrigatória, ou aqueles que optassem por matricular-se em qualquer ano do curso, desde que, perante comissão examinadora mostrasse habilidade nas matérias do ano anterior. (ALVES, 2006, p. 4056).

No Atheneu Sergipense, as avaliações se davam pelos seguintes exames:

- I. Habilitação: examinar a habilitação do aluno para matricular-se em aulas e/ou nos anos dos cursos.
- II. Suficiência: Exame (provas escritas e orais) prestado pelos alunos que não tivessem frequentado qualquer escola de ensino primário e desejassem matricular-se no primeiro ano do curso.
- III. Admissão: Exame prestado pelos alunos para matricula-se em qualquer outro ano do curso.
- IV. Promoções Sucessivas: Provas gráficas de Desenho, escrita e oral das outras cadeiras realizadas pelos alunos no conjunto das matérias do ano.
- V. Madureza: Exame prestado no final do curso com provas escritas, orais e gráficas (Desenho). (Regulamento da Instrução Pública do Estado de Sergipe, 1925)

Ainda conforme Alves 2006, “legitimam a aprendizagem dos saberes, os métodos avaliativos que assumem tanto um cunho pedagógico como disciplinador. É o controle

que normatiza e vigia, possibilitando ao avaliador classificar, premiar ou punir, e ao avaliado aprimorar suas produções para ampliar e avançar”.

A construção de todos esses procedimentos possibilitou de um lado, a constituição de acúmulo no conhecimento a respeito das questões em torno do ensino, da aprendizagem, dos métodos didáticos, dos processos de avaliação e, por outro lado, a racionalização de toda estrutura administrativa de ensino a partir das fichas de identificação, livro de frequências de alunos, de ponto dos professores e demais funcionários.

Sendo assim, era por meio desse processo de provas, exames e pagamentos de taxas que um jovem podia pleitear uma vaga no ensino secundário. Deste modo, quem eram esses alunos “extranhos” do Atheneu Sergipense? Seriam eles alunos que obtinham notas baixas? Alunos que não estavam matriculados regularmente no colégio? Alunos que não passavam por provas e exames regulamentados pela instrução pública? Quais leis e decretos que regulamentam este aluno na instituição de ensino secundário?

O Decreto nº 1075 de 22 novembro de 1890, aprova o regulamento para o Gymnasio Nacional e em seu artigo nº35 sanciona que

Os exames de suficiência e os finais dos alumnos do externato e do internato serão prestados independentemente em cada um dos respectivos estabelecimentos, havendo prévia combinação entre os reitores; o de madureza, porém, será feito conjuntamente no externato por todos os candidatos do Gymnasio Nacional e pelos alumnos estranhos ao estabelecimento, que para essa prova se inscreverem annualmente. (Decreto nº 1075 de 22 novembro de 1890, aprova o regulamento para o Gymnasio Nacional)

Eis que na legislatura da primeira República (1890-1930), surge a categoria de aluno “extranhos”, diferenciando-os dos demais alunos e regulamentando-os dentro da instrução pública, ou seja, o Atheneu Sergipense seguiu amparado na Lei Nacional, não partiu de particularidades do colégio para ‘criar’ os alunos “extranhos”, o colégio atendia a mais uma especificação legislativa e instituía dentro do seu estabelecimento tais alunos.

Em 1925, 14 alunos “extranhos” participaram dos exames de promoção do 1º ano para 2º ano prestaram apreciação nas disciplinas francês, desenho, química, aritmética, física, historial natural e universal, inglês, latim, português, geometria, geografia, álgebra. Conforme a ata de exames de promoção de alunos matriculados e “extranhos” de 1925, Ref.FASS01 cx. 14, Doc. 415 são eles:

Quadro 1 – Alunos denominados como “extranhos” matriculados nos exames de promoção do ano de 1925

Nome	Naturalidade	Idade
João de Barros	Alagoano	16 anos
Floro Freire	Sergipano	17 anos
Heráclito Diniz Gonçalves	Sergipano	14anos
Adolpho Barbosa Góes	Sergipano	13anos
Armando Dantas Cardoso	Sergipano	15anos
Abílio Lourenço Carvalho	Sergipano	17anos
Jose Ferreira de Mello	Sergipano	-
Octacílio Cunha	Sergipano	15anos
Rivadavia Fontes	Sergipano	12 anos

Quadro elaborado pela autora de acordo com a documentação localizada no CEMAS. Atas de promoção de alunos matriculados e “extranhos”. Ref.FASS01 cx. 14, Doc. 415

Esses nove alunos foram aprovados na maioria das disciplinas foram elas: desenho, química, aritmética, física, historial natural e universal, português, geometria, geografia, álgebra. Nos exames, já os alunos Clécio Garcez Vieira, Sylvio Garcez Vieira, José Dantas Andrade, Synival Palmeira Vieira, Claudio Cunha faltaram ou foram reprovados nos exames. Sobre eles não consta nenhuma informação além do fato de que foram reprovados ou faltaram aos exames de promoção.

Nos anos seguintes de 1926, 1927, 1928, 1929, 1930 não foi encontrado nenhum documento que revelassem a presença dos alunos “extranhos” dentro do Atheneu Sergipense. No entanto, em 1931, o número de alunos que prestaram exame de promoção do curso seriado de primeira e segunda época é elevado em relação aos anos anteriores.

Quadro 2 – Número de alunos “extranhos” que prestaram de 1º época ano de 1931

Série	1º	2º	3º	4º	5º
Nº inscritos	30	29	19	20	1
Aprovados	4	15	7	12	1
Reprovados	26	14	12	9	--

Quadro elaborada pela de acordo como a documentação localizada no CEMAS. Atas de Exames dos alunos “extranhos” 1930-1931. Ref.FASS01. Cx. 12 doc.386.

Em comparação ao ano 1925 onde houve uma pequena procura e um aproveitamento relativo desses alunos nos exames de promoção, o ano de 1931 houve uma demanda maior em números de alunos inscritos para os mesmos exames. De 14, subiu para 99 o número de alunos inscritos, houve também uma queda considerável de aproveitamento nas provas: 64 alunos “extranhos” foram reprovados, uma porcentagem alta comparada com o ano de 1925 onde apenas 4 alunos foram reprovados, isso só nos exames de 1º época.

Nos exames de 2º época do mesmo ano verificou-se um declínio, o número inscritos era 28 alunos, distribuídos na 1º e 2º série obtendo 4 reprovações. Sobre os reprovados, a reforma Francisco Campos, em seu artigo 49 dispõe que:

Art. 39. Será considerado aprovado na última série, ou promovido a série seguinte, o aluno que obtiver:

- a) nota final superior a três em cada disciplina;
- b) média igual ou superior a cinco no conjunto das disciplinas da série.

§ 1.º A nota final em uma disciplina será a média das três notas finais de trabalhos escolares, provas parciais e prova final.

§ 2.º A nota final em desenho será apurada pela média das notas obtidas em todos os trabalhos propostos durante o ano letivo. (Decreto nº 19.890, 18 de Abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário)

Obtiveram notas baixas, nas disciplinas de línguas estrangeiras (francês, inglês) não atingiam a soma da média necessária e foram reprovados segundo o (Decreto nº 19.890, 18 de Abril de 1931 que regulamentava o ensino secundário no país. Nos anos subsequentes, o número de alunos “extranhos” aumentou de forma considerável:

Quadro 3– Número de alunos “extranhos” que prestaram Exames de 1º no ano 1932

Série	1º	2º	3º	4º	5º
Nº inscritos	--	24	10	8	10
Aprovados	--	20	4	8	10
Reprovados	--	4	6	--	--

Quadro elaborado pela de acordo como o documento do CEMAS. Atas de Exames dos alunos “extranhos” 1930-1931. Ref.FASS01. Cx. 12 doc.386

Quadro 4– Número de alunos “extranhos” que prestaram Exames de 2º época 1932

Série	1º	2º	3º	4º	5º
Nº inscritos	11	13	8	4	--
Aprovados	9	13	8	4	--
Reprovados	2	--	--	--	--

Quadro elaborada pela autora de acordo como o documento do CEMAS. Atas de Exames dos alunos “extranhos” 1930-1931. Ref. FASS01. Cx. 12 doc.386.

Quadro 5– Número de alunos “extranhos” que prestaram de 1º época 1933

Série	1º	2º	3º	4º	5º
Nº inscritos	31	--	24	13	--
Aprovados	31	--	24	13	--
Reprovados	--	--	--	--	--

Quadro elaborado pela autora de acordo como o documento do CEMAS. Atas de Exames dos alunos “extranhos” 1930-1931. Ref.FASS01. Cx. 12 doc.386

Quadro 6 – Número de alunos “extranhos” que prestaram exames 1º época 1934

Série	1º	2º	3º	4º	5º
Nº inscritos	16	11	9	15	4
Aprovados	12	6	6	14	4
Reprovados	4	5	3	2	--

Quadro elaborado pela autora de acordo como o documento do CEMAS. Atas de Exames dos alunos “extranhos” 1930-1931. Ref.FASS01. Cx. 12 doc.386

Os quadros anteriores demonstram de forma quantitativa a presença dos alunos “extranhos” na instituição e sua condição, embora seja sutil essa presença, manifesta o desejo desses alunos pertencerem ao, já conceituado, Atheneu Sergipense, que de acordo com Alves

Ter sido aluno do Atheneu Sergipense era motivo de muito orgulho. Ingressar naquela casa de educação literária era um excelente caminho para a formação da intelectualidade sergipana [...] parte dos que lá ingressaram em busca de uma formação intelectual e moral, que se estabelecia por meio das matérias, compêndios e da convivência entre colegas, professores e corpo administrativo. (ALVES, 2006, p. 162 ).

Ao ingressar no Atheneu Sergipense, o aluno além de dispor de estrutura pedagógica, administrativa, adquiria também um certo *status* de “estudante do Atheneu” condição de prestígios entre seus pares, o que explica o aumento no número de inscritos nos exames para ingresso no colégio.

Dois dos questionamentos norteadores dessa pesquisa foram respondidos ao analisar esses documentos, os que pressupõe a respeito da aptidão e êxito nas avaliações, uma vez que, seguindo esse sistema de classificação das notas entre simplesmente 3-5, plenamente a partir de 6-9 e distinção 9,5 -10 tais alunos oscilaram bem, e conseguiram aprovação nos exames. Mas ao ingressar na instituição não passaria por nenhum critério julgamento, de modo que não importava a procedência do pleiteante era necessária a participação nos exames de admissão, promoção e



suficiência. Reforçando a ideia de que o Atheneu Sergipense seguia a legislação, e assim como os demais alunos, os alunos “extranhos”, eram submetidos aos mesmos critérios de avaliação.

As leis e decretos<sup>15</sup> que regulamentam o aluno “extranho” na instituição de ensino secundário do país inicia em 22 de novembro de 1890 com o Decreto nº 1075 que aprovou o regulamento para o Ginásio Nacional e que no artigo nº 35 dispõe

Art. 35. Os exames de suficiência e os finais dos alunos do externato e do internato serão prestados independentemente em cada um dos respectivos estabelecimentos, havendo prévia combinação entre os reitores; o de madureza, porém, será feito conjuntamente no externato por todos os candidatos do ginásio Nacional e pelos alunos estranhos ao estabelecimento, que para essa prova se inscreverem anualmente. (Decreto nº 1075 de 1890 que aprovou o regulamento para o Ginásio Nacional )

A partir daí, são outorgadas leis e decretos que de algum modo faz menção a forma de avaliação, matrícula e ingresso nas escolas de ensino secundário dos alunos “extranhos” ao estabelecimento de ensino não fiscalizado e/ou regulamentado pela instrução pública oficial.

Em 1895, a Lei nº 314 que reorganiza o ensino das Faculdades de Direito, abriu possibilidades para as escolas não equiparadas ao ensino secundário, escolas que provavelmente atendiam os que alunos que ao ingressar no ensino secundário público, eram classificados como “extranhos” organizavam-se seguindo o mesmo princípio dessas instituições, ao que era posto,

Art. 6º As Faculdades Livres deverão organizar os seus estatutos de acordo com o regime adoptado na presente lei.

Art. 8º A admissão à matrícula sem preenchimento das condições exigidas na lei ou a inobservância das regras estatuídas para o processo dos exames, verificadas por denúncia do fiscal, ou de qualquer cidadão, em inquérito para tal fim ordenado, com audiência da

§ 2º As irregularidades ou abusos de outra natureza, que acarretem o abatimento do nível moral do ensino nestes institutos, darão lugar a censura pública. Faculdade, dará lugar a suspensão da mesma Faculdade por um a dois anos. (, a Lei nº 314 de 1895 que reorganiza o ensino das Faculdades de Direito)

O Decreto nº 2.857, de 30 de Março de 1898 Aprovou o regulamento para o Ginásio Nacional e ensino secundário nos Estados, estabelecendo que

Art. 61. Os candidatos “extranhos” ao ginásio Nacional, ou que não tenham cursado estabelecimentos equiparados a este instituto nos termos do art. 195, serão admitidos á inscrição sem distinção de turma e segundo a ordem em que tiverem apresentado os seus requerimentos.

---

<sup>15</sup> As leis e decretos estão na grafia corrente, preferiu-se assim para a melhor compreensão dos mesmos. Todas foram retiradas do site da Câmara Legislativa do Brasil.

Esse artigo esclarece mais a respeito, sobre a forma que os alunos “extranhos” poderiam requerer inscrição ao estabelecimento de ensino, desde que estivesse com a documentação necessária não poderia ser negada o pedido. Segundo a decreto O Decreto nº 2.857, de 30 de Março de 1898 documentação exigida era

Art. 23. documentação exigida era : certidão de idade, ou documento equivalente, por onde se prove ter o candidato, no mínimo, 11 anos (Internato e Externato) e no máximo 14 anos (Internato somente); Atestado de vacinação ou revacinação; Certificado de que o candidato não sofre de moléstia alguma contagiosa ou infectocontagiosa; Atestado de bom procedimento passado pelos professores ou diretores das escolas que ele houver frequentado; Exame prévio de leitura, ditado, prática das quatro operações sobre números inteiros e fracções, conhecimento prático do sistema métrico decimal, morfologia geométrica e noções de geografia geral. (Decreto nº 2.857, de 30 de Março de 1898, Aprova o regulamento para o Ginásio Nacional e ensino secundário nos Estados)

Outro decreto que dispõe sobre o assunto, é o Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915 que entre outras mudanças estabelece e reorganiza o ensino secundário e o superior na República.

Art. 76. Inscrever-se-ão para os exames da segunda época os candidatos que não forem alunos da academia, os alunos que não se apresentaram na primeira época por motivo de força maior devidamente comprovada, e os que tiverem sido reprovados ou deixado de ser examinados em uma só matéria, na primeira época.

Art. 79. O candidato que tiver certificado de curso completo de ginásio estrangeiro, autenticado pela mais alta autoridade consular brasileira da cidade onde o instituto funciona, e acompanhado da prova oficial de que o título exibido era aceito pelas academias do país, pôde inscrever-se para o exame vestibular. (Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915 reorganiza o ensino secundário e o superior na República.)

No Atheneu Sergipense em 1931, o aluno “extranho”, José Stremberg, natural de New York, EUA, com 15 anos de idade, filho de Jules Stremberg, prestou exame de promoção de primeira época do curso seriado no 2º ano, sendo reprovado por não alcançar média suficiente na disciplina de francês. Voltou em 1932, a prestar exame de promoção de primeira época no 2º ano e, nessa segunda tentativa foi aprovado nas disciplinas francês, desenho, química, aritmética, física, historial natural e universal, inglês, latim, português, geometria, geografia, álgebra.

O Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915, dispõe ainda

Art. 84. § 2º Em exame de línguas estudadas em vários anos, os candidatos “extranhos” ao instituto serão chamados conjuntamente com os alunos do último ano.

Art. 87. Os estudantes que não frequentarem academia oficial ou inspecionada regularmente, prestarão perante uma destas, na segundo época, o exame vestibular e o dos diversos anos do curso, pagando a taxa de matrícula e a de exames. Em caso algum será permitido prestar, de uma só vez, exame das matérias de mais de um ano, nem tão pouco acumular o exame vestibular com o do primeiro ano do curso superior.

Art. 107. Para prestar exame na segunda época o candidato que não for aluno da academia, deverá provar:

- a) Não haver prestado exame, na primeira época, na academia de onde requereu transferência, se pretender exame de todas as matérias de um ano;
  - b) Haver pago a taxa de frequência e a de exames, se não foi transferido de outra academia; e apenas a de exames, se o foi.
- (Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915)

Esses Decretos e Leis dão uma dimensão mais ampla da presença dos alunos “extranhos” dentro do ensino público, nos vestibulares de acesso as faculdades, nos exames e processos seletivos das escolas secundaristas brasileiras. São preposições essenciais ao objeto de análise, uma vez que discorre sobre diversos pontos que são questões norteadoras dessa pesquisa, fontes secundárias de suma importância na análise do objeto.

Alunos que não estavam matriculados regularmente no colégio, não são necessariamente os alunos “extranhos”. Nos documentos analisados há três classificações: os matriculados, os não matriculados e os alunos “extranhos”. E só em um único documento (atas de exames de promoção de alunos matriculados e “extranhos” de 1925) no trecho referente ao exame de promoção de 1º ano para 2º ano na disciplina de Aritmética e francês, antes classificados como “extranho” aparece como “não matriculado” são eles

Quadro 7 – Nomes dos alunos que receberam duas classificação no mesmo documento no Atheneu Sergipense em 1925

Nome	Naturalidade	Idade	Situação
Clécio Garcez vieira	Sergipano	15 anos	Aprovado
Sylvio Garcez vieira	Sergipano	16 anos	Aprovado
Adolpho Barbosa Góes	Sergipano	13 anos	Aprovado
Floro Freire	Sergipano	17anos	Aprovado
João de Barros	Alagoano	16 anos	Aprovado
Heráclito Diniz Gonçalves	Sergipano	14 anos	Aprovado
Abílio Lourenço de Carvalho	Sergipano	17 anos	Aprovado
Armando Dantas Cardoso	Sergipano	15 anos	Aprovado

Quadro elaborado pela autora de acordo como o documento do CEMAS. Atas de promoção de alunos matriculados e “extranhos”. Ref. FASS01 cx. 14, Doc. 415.

O aluno José Ferreira de Mello foi reprovado nesse exame. No exame de promoção de francês de 1º para 2º ano, os alunos Clécio Garcez vieira, Sylvio Garcez vieira, Adolpho Barbosa Góes, Floro Freire, João de Barros, Heráclito Diniz Gonçalves, Abílio Lourenço de Carvalho, Armando Dantas Cardoso foram aprovados. Já José Ferreira, Augusto Garcez vieira, João Andrade, Décio Garcez Vieira, Ricardo Fontes, Octacílio Cunha foram reprovados. Nesses dois casos específicos os alunos estão como “não matriculados”, mas no restante do documento o termo “extranho” precede esses alunos. No decorrer dos demais documentos analisados não existe esse troca na classificação dos alunos ou a replica dos nomes, cada aluno estava direcionado ao seu termo.

Ao analisarmos as fontes: livro de registros de alunos, livro de punições, livro de matrículas, regulamento interno do colégio, provas escritas e as legislação educacional do período estudado, podemos considerar que: os “alunos extranhos” são alunos que vinham de Institutos de Educação que não eram equiparados ao Ginásio Nacional, que não estava organizado de acordo com o regulamento da Instrução Pública do país vigente, instituições que mantinham suas metodologias próprias ao que ofertava o ensino primário.

Estes alunos “não regulamentados”, quando concluíam o primário pleiteavam uma vaga nas escolas de ensino secundário, regulamentadas pelo Decreto nº. 1075 de 22

de Novembro 1890 e eram classificados como “extranhos” ou ainda alunos estrangeiros que queriam ingressar na escola brasileira, como é presumível, que a escola anterior não seguia as normas do Brasil.

### **Considerações finais**

Por meio dessa pesquisa, foi investigada a presença de um determinado grupo de alunos, analisados entre os anos de 1925- 1934, que estavam descritos na documentação oficial do Colégio Atheneu Sergipense como “extranhos” e a princípio não havia respaldo na legislação educacional estadual ou dentro da regulamentação interna da instituição para a prática classificatória dos alunos, além dos aprovados ou reprovados seguindo os sistemas de aproveitamento nas avaliações dos mesmos.

Buscar respaldo na legislatura educacional foi de suma importância para entender de que forma os institutos educacionais eram organizados. Estabelecendo relação entre as resoluções e normas com a prática das escolas, a pesquisa mostra o cenário pré- “movimento reformador” iniciado por Graccho Cardoso e Abdias Bezerra em 1924, e de que modo o Atheneu Sergipense e o ensino secundário se portaram a partir dessa reforma, discorrendo sobre as conjunturas envolvidas nesse processo inovador na instrução pública do estado.

Os alunos “extranhos” oscilaram tanto no número de inscritos, quanto no número de reprovados, principalmente entre os anos de 1926, 1927, 1928, 1929, 1930 em que não foram realizados nenhum exame desses alunos. De acordo com os documentos analisados, nos anos seguintes a procura foi relativamente alta comparado aos períodos anteriores. E mesmo em menor número, com relação ao quantitativo geral de inscritos, verificou-se a presença dos “extranhos” no Atheneu Sergipense em anos posteriores até 1934.

Não é possível afirmar que a presença desses alunos no Atheneu Sergipense surge somente em 1925. Precisaria de acesso a outros documentos anterior a esse período que possibilitasse uma análise mais completa para chegar a tal conclusão, uma vez que o decreto nº 1075 é de 1890 e os documentos analisados é a partir 1925, são 30 anos que ficam fora dessa pesquisa. Outro fator que fica de fora, é que o primeiro decreto surgiu de uma demanda e ela simplesmente categorizou o aluno, há outros entraves nessas questões educacionais. Outra pesquisa, outro marco temporal atenderá tais questionamentos considerando que

O documento em si não é História, não faz História. É importante destacar que são as perguntas que o pesquisador (a) tem a fazer ao material que lhe conferem sentido e, no limite, enquanto houver pergunta, o material não será suficientemente explorado. Nesse sentido é que se diz que uma fonte nunca está esgotada e que a história é sempre reescrita, na medida em que depende do problema proposto a ser enfrentado e, portanto, do tipo de pergunta que lhe é formulada (GALVÃO E LOPES, 2001, p. 92)

De tal maneira que o objeto alunos “extranhos” possibilita outras demandas. Pesquisar sobre a proveniência desses alunos, quais eram os estabelecimento de ensino que mesmo não sendo equiparado e regulamento ao Ginásio Nacional atendia uma pequena camada de estudantes.

### **Referências:**

ALVES, Claudia Maria Costa. **“Os colégios modernos frente à constituição do campo científico”**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996, Mimeo.

ALVES, Eva Maria Siqueira. 2005. O Atheneu Sergipense: Uma Casa de Educação Literária Examinada Segundo os Planos de Estudos (1870-1908). Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, PUC/SP.

ALVES, Eva Maria Siqueira. O Ensino Secundário em Sergipe (1931-1961). In: Dallabrida, Noberto; SOUZA, Rosa Fátima de (Organizadores). Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961). Uberlândia: EDUFU, 2014. p. 283-312.

ALVES, Eva Maria Siqueira (Org.). Entre papeis e lembranças: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e as contribuições para a História da Educação. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2015.

ALVES, Eva Maria Siqueira; COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. Aspectos históricos da cadeira de Sociologia nos estudos secundários (1892-1925). In: Revista Brasileira de História da Educação. Campinas/SP: Editora Autores Associados. v. 12. 2006. p. 31-52.

AZEVEDO, Crislane Barbosa. "Reforma da instrução pública na década de 1920: o caso de Sergipe no governo Graccho Cardoso (1922-26)." História (São Paulo) 34.1 (2015).

CASULO, José Carlos de Oliveira. "As leis de bases da educação nacional: percurso histórico e condições de aplicabilidade." (1988).

CHERVEL, André, and Circe Fernandes Bittencourt. "Quando surgiu o ensino secundário?" Revista da Faculdade de Educação 18.1 (1992): 99-112.

DANTAS, José Ibarê Costa. O tenentismo em Sergipe: da Revolta de 1924 à Revolução de 1930. 2. ed. Aracaju: J. Andrade, 1999.

\_\_\_\_\_. História de Sergipe: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FREITAS ERMEL, Tatiane de, and Maria Helena Camara Bastos. "ingresso ao Ginasio: os manuais de preparação ao exame de admissão (1950-1970)." Colóquio" Ensino médio, história e cidadania"-ISSN: 2236-7977 2.2 (2012).

GATTI JUNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG, 2002, p. 3-24.

MAGALHAES, Livia Diana Rocha. "A educação na primeira república." Acessado em 15 (2012).

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. "Articulação entre primário e secundário na era Vargas: crítica do papel do estado." Educação e Pesquisa 34.3 (2008): 449-463.

MENEGHETI, Patrícia. "A trajetória do ensino no Brasil: ensino secundário e o exame de admissão." Colóquio" Ensino médio, história e cidadania"-ISSN: 2236-7977 2.2 (2012).

NUNES, Clarice. "O" velho" e" bom" ensino secundário: momentos decisivos." (2000).

NUNES, Maria Thetis. 1984. História da Educação em Sergipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

NUNES, Maria Thetis. 1999. Ensino Secundário e Sociedade Brasileira. 2a ed. São Cristóvão/SE: Editora da UFS.

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de. "Legislação e educação: o ideário reformista do ensino primário em Sergipe na Primeira República-1889-1930." (2004).

OLIVEIRA, Dilma Maria Andrade de, Doutoranda da UFSCar da UFS. "Reformas de ensino e a construção da escola pública republicana-1889/1930: o caso de Sergipe." (2011).

OLIVEIRA, João Paulo Gama, Igor Pereira Teles. "Entre pleiteantes e julgadores: uma investigação histórica dos Exames Gerais de Preparatórios." Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura 1.1 (2007): 121-138.

PETITAO, André. Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-históricade alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994

PILETTI, Nelson. "Evolução do currículo do curso secundário no Brasil." Revista da Faculdade de Educação 13.2 (1987): 27-72

PINHEIRO, Leandro da Nóbrega. "A turma da primeira carteira: os bons alunos no imaginário das escolas públicas." (2007).

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. Autores Associados, 2001.

## **Fontes**

CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Atas de exames dos alunos “extranhos” 1931-1932. Ref.FASS01. cx. 12, doc.386.

CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Atas de exames do curso seriado/promoção “extranhos”. Ref. FASS01. CX. 13, DOC. 412.

CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Cópia das atas de promoção dos matriculado e “extranho” 1925. Ref. FASS01 CX. 14, DOC.415

CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Exame de prova oral Ref. FASS01.CX. 121, DOC. 148.

CEMAS, Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Atas de exames de promoção final. Ref. FASS01. CX. 07, DOC. 445

Decreto nº1075, 22 de Novembro 1890

Lei nº 314, 30 de Outubro 1895. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/>

Decreto nº 2.857, de 30 de Março de 1898. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/>

Decreto nº 8.659, de 5 de Abril de 1911. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/>

Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/>

Decreto nº19.890, 18 de Abril 1931. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/>

SERGIPE. Colleção de Leis e decretos do Estado de Sergipe de 1924: atos do poder legislativo de 1924 a 1925 e atos do poder executivo 1924. Aracaju: Typ. De “O Estado de Sergipe”, 1929b.

SERGIPE. Decreto n. 25 de 03 fev. 1931 – Dá novo regulamento à Instrução Primária do Estado. In: Decretos-Leis do Estado de Sergipe de 1931-1934. Aracaju: Imprensa Oficial, 1937.

SERGIPE. Lei n. 852, de 30 out. 1923 – Estabelece bases para a reforma do ensino primário e normal do Estado. In: Colleção de Leis e decretos do Estado de Sergipe de 1923: atos do poder legislativo e atos do poder executivo 1923. Aracaju: Typ. de “O estado de Sergipe”, 1929.



